

**Relatório INSP-2019-0206**  
**BI-2019-0141**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 05/11/2019

**Hora:** 17:20

**Tipo:** Plano Operacional (PO-2019-0002)

**Inspetor responsável:** João PRFB. Silva

**Outros inspetores da IRA:** Cláudia MFG. Rosa

**Outros técnicos de entidades oficiais:** ---

#### Descrição da inspeção:

Regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico, distribuídos ao consumidor final – Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril; Portaria n.º 36/2015, de 31 de março que estabelece as normas necessárias à execução do DLR n.º 10/2014/A; Despacho da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente n.º 2704/2015, de 14 de dezembro, que aprova os modelos de mensagens de sensibilização a inserir nos sacos de plástico. A inspeção teve como objetivo averiguar se o estabelecimento se encontrava a cumprir as normas aplicáveis neste âmbito – estabelecimentos de comércio a retalho abrangidos, nos termos da alínea a) do art.º 14.º do DLR n.º 10/2014/A.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

No local fomos acompanhados pela Sra. Valéria Renata Cabral Machado (proprietária).

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Valéria Renata Cabral Machado

**NIPC/NIF:** 215560434

**Sede/morada:** Rua de São Pedro, 4

**Código Postal:** 9900-131

**Freguesia:** Horta (Matriz)

**Concelho:** Horta

**Ilha:** Ilha do Faial

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Pecúlio Decor

**Endereço:** Rua Serpa Pinto, 16

**Código Postal:** 9900-095

**Freguesia:** Horta (Matriz)

**Concelho:** Horta

**Ilha:** Ilha do Faial

**Atividade:** Comércio a retalho de outros artigos para o lar, n.e., em estabelecimentos especializados

**CAE:** 47593

**Período de funcionamento:** 9:30 – 12:30 e 14:30 – 18:00

**Licenciamento da atividade:** Alvará de autorização de utilização n.º 149/2010 (CMH)

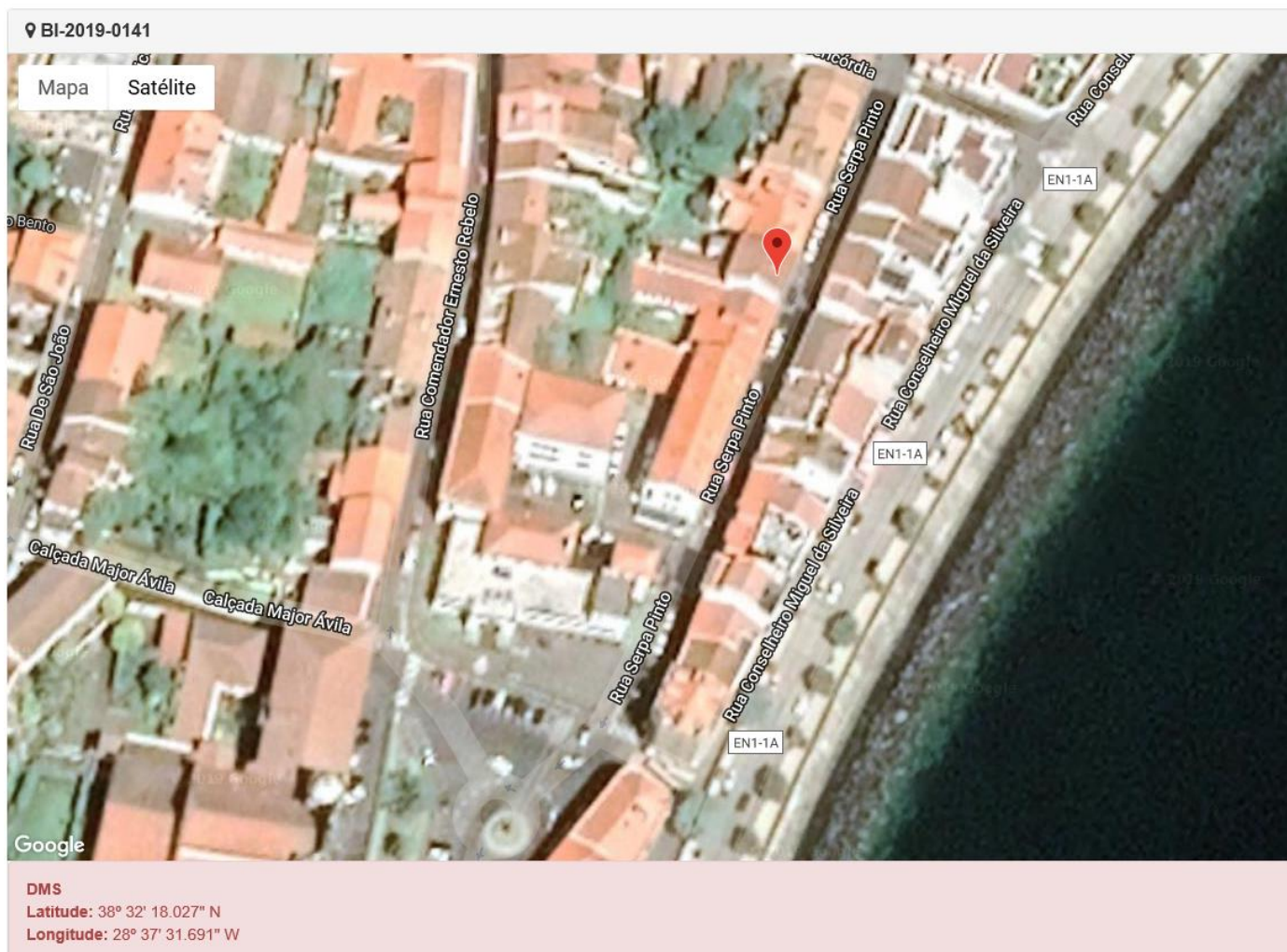


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Sacos distribuídos ao utilizador final no estabelecimento

Sacos fornecidos	Características / Foto
Outros sacos de plástico	

### 2.2 – Verificação dos requisitos do regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Sobre cada saco de plástico distribuído ao consumidor final é cobrada uma taxa de 0,04 €.	n.º 1 art. 3.º DLR 10/2014/A; art.º 2.º Port. 36/2015	Cumprido	
b) A taxa cobrada ao consumidor final pela distribuição de saco de plástico é discriminada no recibo/fatura como “taxa sobre saco de plástico”.	n.º 2 art. 3.º DLR 10/2014/A; art.º 3.º Port. 36/2015	Não cumprido	Taxa é discriminada como “Saco plástico”.
c) Sobre a taxa cobrada não incide IVA.	n.º 2 art.º 3.º Port. 36/2015	Cumprido	
d) O (eventual) preço de venda do saco de plástico é discriminado na fatura em separado da ecotaxa.	n.º 2 art.º 3.º Port. 36/2015	Não aplicável	Não vende.
e) É proibida a inserção de publicidade em sacos de plástico leves, com exceção do logótipo ou denominação comercial ou social do estabelecimento que fornece o saco, em área não superior a 20 % da superfície total do saco.	Art.º 9.º DLR 10/2014/A; n.º 3 art.º 6.º Port. 36/2015	Cumprido	
f) É obrigatória a inserção de mensagens de sensibilização em todos os sacos de plástico que contenham publicidade ou logótipo / denominação.	n.º 1 art.º 10.º DLR 10/2014/A	Não cumprido	Os sacos utilizados não têm mensagens de sensibilização.
g) A mensagem de sensibilização corresponde a modelo constante do Despacho 2704/2015 ou outro aprovado pela Direção Regional do Ambiente.	n.º 1 art.º 10.º do DLR 10/2014/A; n.º 1 art.º 6.º Port. 36/2015	Não aplicável	



*SPB*

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
h) A área da mensagem de sensibilização não pode ser inferior a 20% da superfície total do saco ou à área ocupada pela inserção publicitária, se esta for superior a 20%.	n.º 1 art.º 10.º DLR 10/2014/A; n.º 4 art.º 6.º Port. 36/2015	Não aplicável	
i) Cumprimento do dever de colaboração, nomeadamente fornecendo toda a informação ou documentação solicitada.	Art. 8.º DLR 10/2014/A	Cumprido parcialmente	
j) Submissão da declaração anual à ERSARA, até final do mês de fevereiro de cada ano, da qual conste a quantidade de sacos adquiridos e a quantidade de sacos distribuídos no ano civil anterior	Art. 4.º, art. 8.º, DLR 10/2014/A, n.º 1 art. 4.º Port. 36/2015	Não cumprido	Confirmado em contacto com a ERSARA.

### 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. Na fatura/recibo a discriminação é efetuada como “Saco plástico”. O incumprimento das normas de faturação associada a saco de plástico distribuído ao consumidor final, em violação do disposto no n.º 2 do art.º 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril, em conjugação com o art.º 3.º da Portaria n.º 36/2015, de 31 de março, constitui contraordenação ambiental muito grave prevista no n.º 2 do art.º 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril, punível nos termos do n.º 4 do art.º 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
2. O incumprimento da obrigação de inserção de mensagem de sensibilização em saco de plástico que contem logótipo/publicidade em violação do disposto do n.º 1 do art.º 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea c) do n.º 2 do art.º 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril, punível nos termos do n.º 3 do art.º 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.



#### 4 – Indicações e medidas adotadas

Notificação da entidade para regularização das infrações detetadas, num prazo de 15 dias úteis.

Notificar ainda que a falta ou atraso na entrega da declaração ou da liquidação da Ecotaxa constitui infração punível nos termos do Regime Geral das Infrações Tributárias.

Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2019

O Inspetor

(João Paulo Resendes Fernandes Bettencourt da Silva)